

# Orientações Consultoria de Segmentos

Contribuição Previdenciária - Transportador  
Autônomo de Cargas

29/07/2020





	0
1 Questão	2
2 Normas Apresentadas pelo Cliente	2
3 Análise da Consultoria	2
3.1 Consulta IOB	8
4 Conclusão	9
5 Informações Complementares	10
6 Referências	10
7 Histórico de alterações	10



## 1 Questão

Esta orientação aborda sobre a responsabilidade da retenção da contribuição previdenciária da empresa tomadora do serviço ao condutor autônomo de veículo rodoviário.

## 2 Normas Apresentadas pelo Cliente

Cliente reporta que a obrigatoriedade de recolhimento dos impostos numa operação em que a empresa transportadora contrata um autônomo (terceiro) para realizar o transporte e esse autônomo no momento de fazer o frete, envia o seu veículo com outro motorista (não o proprietário) para executar o mesmo, é de responsabilidade do TAC (Transportador Autônomo de Cargas) o recolhimento do INSS não havendo recolhimentos para o motorista na carta-frete.

Esse autônomo se enquadra nas regras do CIOT (Código Identificador da Operação de Transporte) com menos de 3 veículos.

Seu embasamento foi na RESOLUÇÃO ANTT 3.658/11.

A indicação da legislação pertinente ao caso é de inteira responsabilidade do Cliente solicitante

## 3 Análise da Consultoria

É preciso conceituar alguns termos para podermos, ao longo da análise ter o entendimento do que se está a tratar. Assim, se entende por:

- TAC – Transportador Autônomo de Cargas
- TAC Auxiliar – Transportador Autônomo de Cargas Auxiliar
- ETC – Empresa de Transporte Rodoviário de Carga



A Lei 6.094/74 se posiciona da seguinte forma em relação a previdência social nas atividades de condutor autônomo:

**LEI No 6.094, DE 30 DE AGOSTO DE 1974.**

**Define, para fins de Previdência Social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário, e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:**

**Art . 1º É facultada ao Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário a cessão do seu automóvel, em regime de colaboração, no máximo a dois outros profissionais.**

**§ 1º Os auxiliares de condutores autônomos de veículos rodoviários contribuirão para o Regime Geral de Previdência Social de forma idêntica à dos contribuintes individuais. (Redação pela Lei nº 12.765, de 2012)(Vigência)**

**§ 2º O contrato que rege as relações entre o autônomo e os auxiliares é de natureza civil, não havendo qualquer vínculo empregatício nesse regime de trabalho. (Redação pela Lei nº 12.765, de 2012) (Vigência)**

**§ 3º As autoridades estaduais competentes fornecerão ao motorista colaborador identidade que o qualifique como tal.**

**§ 4º A identidade será fornecida mediante requerimento do interessado, com a concordância do proprietário do veículo.**

**Art . 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Brasília, 30 de agosto de 1974; 153º da Independência e 86º da República.**

**ERNESTO GEISEL**

**L. G. do Nascimento e Silva**

**Contribuintes individuais são** aqueles que têm rendimento através do seu trabalho, sem estar na qualidade de segurado empregado, tais **como os profissionais autônomos**, sócios e titulares de empresas, entre outros. E são considerados contribuintes obrigatórios da Previdência Social.

Tanto o TAC quanto o TAC Auxiliar, são considerados contribuintes individuais.

Deve contribuir obrigatoriamente na qualidade de contribuinte individual Instrução Normativa RFB nº 971/2009, artigo 4º, inciso IV, artigo 9º), entre outros, o condutor autônomo de veículo rodoviário, assim considerado o que exerce atividade profissional sem vínculo empregatício, quando proprietário, coproprietário ou promitente comprador de um só veículo.



*Art. 4º Segurado obrigatório é a pessoa física que exerce atividade remunerada abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na qualidade de:*

- I - empregado;*
- II - trabalhador avulso;*
- III - empregado doméstico;*
- IV - contribuinte individual;*
- V - segurado especial.*

**Art. 9º Deve contribuir obrigatoriamente na qualidade de contribuinte individual:**

[...]

**XXVI - o condutor autônomo de veículo rodoviário, assim considerado o que exerce atividade profissional sem vínculo empregatício, quando proprietário, coproprietário ou promitente comprador de um só veículo;**

**XXVII - os auxiliares de condutor autônomo de veículo rodoviário, no máximo de 2 (dois), conforme disposto no art. 1º da Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, que exercem atividade profissional em veículo cedido em regime de colaboração;**

**Art. 55. Entende-se por salário-de-contribuição:**

[...]

**§ 2º O salário-de-contribuição do condutor autônomo de veículo rodoviário (inclusive o taxista), do auxiliar de condutor autônomo e do operador de máquinas, bem como do cooperado filiado a cooperativa de transportadores autônomos, conforme estabelecido no § 4º do art. 201 do RPS, corresponde a 20% (vinte por cento) do valor bruto auferido pelo frete, carreto, transporte, não se admitindo a dedução de qualquer valor relativo aos dispêndios com combustível e manutenção do veículo, ainda que parcelas a este título figurem discriminadas no documento.**

**Art. 65. A contribuição social previdenciária do segurado contribuinte individual é:**

[...]

**II - para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2003, observado o limite máximo do salário-de-contribuição e o disposto no art. 66, de:**

[...]

**b) 11% (onze por cento), em face da dedução prevista no § 1º, incidente sobre:**

**1. a remuneração que lhe for paga ou creditada, no decorrer do mês, pelos serviços prestados a empresa;**



**§ 5º O condutor autônomo de veículo rodoviário (inclusive o taxista), o auxiliar de condutor autônomo e o cooperado filiado à cooperativa de transportadores autônomos estão sujeitos ao pagamento da contribuição para o Serviço Social do Transporte (Sest) e para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), conforme disposto no art. 111-I. (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.071, de 15 de setembro de 2010)**

Em relação as contribuições da empresa, a Instrução Normativa RFB nº 971/2009 se posiciona da seguinte forma:

#### **Seção IV Das Contribuições da Empresa**

**Art. 72. As contribuições sociais previdenciárias a cargo da empresa ou do equiparado, observadas as disposições específicas desta Instrução Normativa, são:**

**I - 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhes prestam serviços, observado o disposto no inciso I do art. 57;  
[...]**

**Art. 78. A empresa é responsável:**

**I - pelo recolhimento das contribuições previstas no art. 72;**

**II - pela arrecadação, mediante desconto na remuneração paga, devida ou creditada, e pelo recolhimento da contribuição dos segurados empregado e trabalhador avulso a seu serviço, observado o disposto nos §§ 2º e 4º;**

**III - pela arrecadação, mediante desconto no respectivo salário-de-contribuição, e pelo recolhimento da contribuição do segurado contribuinte individual que lhe presta serviços, prevista nos itens "2" e "3" da alínea "a" e nos itens "1" a "3" da alínea "b" do inciso II do art. 65, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2003;**

**IV - pela arrecadação, mediante desconto no respectivo salário-de-contribuição e pelo recolhimento da contribuição ao Sest e ao Senat, devida pelo segurado contribuinte individual transportador autônomo de veículo rodoviário (inclusive o taxista) que lhe presta serviços, prevista no § 5º do art. 65;**

**V - pela arrecadação, mediante desconto, e pelo recolhimento da contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial incidente sobre a comercialização da produção, quando adquirir ou comercializar o produto rural recebido em consignação, independentemente dessas operações terem sido realizadas diretamente com o**



*produtor ou com o intermediário pessoa física, observado o disposto no art. 184;*

*VI - pela retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, inclusive em regime de trabalho temporário, e pelo recolhimento do valor retido em nome da empresa contratada, conforme disposto nos arts. 112 a 150;*

*VII - pela arrecadação, mediante desconto, e pelo recolhimento da contribuição incidente sobre a receita bruta decorrente de qualquer forma de patrocínio, de licenciamento de uso de marcas e símbolos, de publicidade, de propaganda e transmissão de espetáculos desportivos, devida pela associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, conforme disposto no inciso III do art. 251, observado, quando for o caso, o disposto no art. 252;*

*VIII - pela arrecadação, mediante desconto, e pelo recolhimento da contribuição incidente sobre a receita bruta da realização de evento desportivo, devida pela associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, quando se tratar de entidade promotora de espetáculo desportivo, conforme disposto no inciso I do art. 251, observado, quando for o caso, o disposto no art. 252.*

*§ 1º O disposto no inciso III do caput não se aplica: (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.027, de 20 de abril de 2010)*

*I - quando houver contratação de contribuinte individual por outro contribuinte individual equiparado à empresa, ou por produtor rural pessoa física ou por missão diplomática e repartição consular de carreira estrangeira, bem como, quando houver contratação de brasileiro civil que trabalhe para a União no exterior, em organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo; e (Incluído dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.027, de 20 de abril de 2010)*

*II - quando houver contratação de serviços executados por intermédio do Microempreendedor Individual (MEI) que for contratado na forma do art. 18-B da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (Incluído dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.027, de 20 de abril de 2010)*

*[...]*

*II - tratando-se de serviços prestados exclusivamente na condição de contribuinte individual:*

*a) caso a soma das remunerações recebidas não ultrapasse o limite máximo do salário-de-contribuição, cada empresa aplicará, isoladamente, a alíquota de contribuição definida nas alíneas "a" ou "b" do inciso II do art. 65, conforme o caso;*



*b) se ultrapassado o limite máximo do salário-de-contribuição, a empresa, onde esse fato ocorrer, efetuará o desconto da contribuição prevista nas alíneas "a" ou "b" do inciso II do art. 65, conforme o caso, sobre o valor correspondente à diferença entre o limite e o total das remunerações sobre as quais já foram efetuados os descontos;*

*III - tratando-se de atividades concomitantes nas condições de segurado contribuinte individual e segurado empregado, empregado doméstico, ou trabalhador avulso:*

*a) à soma das remunerações como segurado empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, aplica-se o disposto no inciso I deste parágrafo;*

*b) às demais remunerações decorrentes da atividade de contribuinte individual, aplicam-se os procedimentos definidos no inciso II deste parágrafo, até o valor correspondente à diferença entre o limite máximo do salário-de-contribuição e o valor obtido na alínea "a" deste inciso, observado o disposto no § 5º.*

*§ 3º A empresa deverá manter arquivadas, pelo prazo decadencial previsto na legislação tributária, cópias dos comprovantes de pagamento ou a declaração apresentada pelos segurados, para fins de apresentação ao INSS ou à RFB quando solicitado.*

*§ 4º Em razão do disposto no § 2º, cada fonte pagadora de segurado empregado, trabalhador avulso, contribuinte individual e empregado doméstico, quando for o caso, deverá informar na GFIP a existência de múltiplos vínculos ou múltiplas fontes pagadoras, adotando os procedimentos previstos no Manual da GFIP.*

*§ 5º Na hipótese de o segurado exercer atividades na forma prevista no inciso III do § 2º, e ser efetuado primeiro o desconto da contribuição como segurado contribuinte individual, para fins de observância do limite máximo do salário-de-contribuição, o fato deverá ser comunicado à empresa em que estiver prestando serviços como segurado empregado ou trabalhador avulso, ou ao empregador doméstico, no caso de segurado empregado doméstico, mediante a apresentação de um dos documentos referidos nos incisos I e II do art. 67.*

*§ 6º Na hipótese do inciso III do § 2º, a remuneração recebida pelo segurado na atividade de contribuinte individual não será somada a remuneração recebida como segurado empregado, empregado doméstico ou trabalhador avulso, para fins de enquadramento na tabela de faixas salariais a que se refere o art. 63, sendo porém somada para fins de observância do limite máximo do salário-de-contribuição.*

*§ 7º A responsabilidade pelo recolhimento da contribuição do produtor rural pessoa física ou do produtor rural pessoa jurídica, na comercialização de produtos agropecuários com*





*a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, é da própria adquirente e será efetuado à conta do referido Programa.*

*Lei 13103/2015*

***Art. 15. A Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:***

***"Art. 4º .....***

***.....***

***§ 3º Sem prejuízo dos demais requisitos de controle estabelecidos em regulamento, é facultada ao TAC a cessão de seu veículo em regime de colaboração a outro profissional, assim denominado TAC - Auxiliar, não implicando tal cessão a caracterização de vínculo de emprego.***

***§ 4º O Transportador Autônomo de Cargas Auxiliar deverá contribuir para a previdência social de forma idêntica à dos Transportadores Autônomos.***

***§ 5º As relações decorrentes do contrato estabelecido entre o Transportador Autônomo de Cargas e seu Auxiliar ou entre o transportador autônomo e o embarcador não caracterizarão vínculo de emprego." (NR)***

***" Art. 5º -A. O pagamento do frete do transporte rodoviário de cargas ao Transportador Autônomo de Cargas - TAC deverá ser efetuado por meio de crédito em conta mantida em instituição integrante do sistema financeiro nacional, inclusive poupança, ou por outro meio de pagamento regulamentado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, à critério do prestador do serviço.***

Tanto o TAC quanto o TAC Auxiliar ficam obrigados a contribuir com a previdência social, com o mesmo valor e da mesma forma, sem que a prestação de serviços realizada entre TAC x TAC Auxiliar e a empresa tomadora do serviço caracterize algum tipo de vínculo empregatício.

## 3.1 Consulta IOB

Efetuamos uma consulta externa ao IOB em relação ao questionamento enviado e abaixo segue resposta.



## Resposta

Prezado cliente,

Esclarecemos a princípio que de acordo com a Instrução Normativa nº 971/2009, a contribuição previdenciária do segurado contribuinte individual (autônomo), que presta serviços às pessoas jurídicas, é de 11% sobre a sua remuneração, observado o teto máximo do salário-de-contribuição. Quando prestar serviços às entidades beneficentes isentas de cota patronal, a alíquota é de 20%.

Em se tratando de transportador autônomo, o salário-de-contribuição corresponde a 20% do valor do serviço prestado.

Além da contribuição previdenciária, a empresa deverá descontar do transportador autônomo a alíquota de 2,5%, referente ao SEST/SENAT.

Considera-se transportador autônomo o condutor de veículo rodoviário, assim considerado o que exerce atividade profissional sem vínculo empregatício, quando proprietário, coproprietário ou promitente comprador de um só veículo.

A Lei nº 6.094/1974 faculta ao condutor autônomo de veículo rodoviário ceder o seu automóvel, em regime de colaboração, a, no máximo, dois outros profissionais, devendo ser previamente acordada entre os interessados a recompensa por essa forma de colaboração. Nesse regime de trabalho, não haverá qualquer vínculo empregatício. Tais profissionais são chamados auxiliares de condutor autônomo de veículo rodoviário.

Assim, por ocasião do pagamento a ser efetuado ao condutor autônomo de veículo rodoviário, ou ao auxiliar deste, a empresa tomadora do serviço deverá descontar, a título de contribuição social previdenciária, a quantia equivalente à aplicação da alíquota de 11% sobre o valor da remuneração (base de cálculo), observado o limite máximo do salário-de-contribuição, além da contribuição de 2,5% de SEST/SENAT, bem como recolher a contribuição patronal.

Fundamentação Legal: Lei nº 6.094/74; Instrução Normativa RFB nº 971/2009, artigos 9º, XXVI e XXVII, 55, § 2º, 65, II, alínea b, item 1 e § 5º; 72 e 78.

Fontes: IOB ON LINE REGULATÓRIO - Procedimento / Previdenciária / Custeio - Condutor autônomo de veículo rodoviário e auxiliar deste

Atenciosamente

Consultoria IOB  
RS

## 4 Conclusão

Com base no inciso VI do artigo 78 da Instrução Normativa 971 de 2009 a responsabilidade pela retenção do INSS é da empresa tomadora do serviço. A retenção do INSS é efetuada utilizando o percentual de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal ou outro documento emitido comprovando a prestação do serviço. O recolhimento é efetuado em nome da empresa contratada, independente se houver subcontratação, o recolhimento será efetuado em nome da empresa contratada que emitiu a nota fiscal.

Por ser equiparado a contribuinte oficial, o transportador autônomo de cargas e o transportador autônomo de cargas auxiliar ficam obrigados ao recolhimento da contribuição previdenciária, com a mesma modalidade de cálculo e forma de recolhimento, conforme estabelece a lei 13103/2015.



"O conteúdo deste documento não acarreta a assunção de nenhuma obrigação da Totvs perante o Cliente solicitante e/ou terceiros que porventura tiverem acesso ao material, tampouco representa a interpretação ou recomendação da TOTVS sobre qualquer lei ou norma. O intuito da Totvs é auxiliar o cliente na correta utilização do software no que diz respeito à aderência à legislação objeto da análise. Assim sendo, é de TOTAL RESPONSABILIDADE do Cliente solicitante, a correta interpretação e aplicação da legislação em vigor para a utilização do software contratado, incluindo, mas não se limitando a todas as obrigações tributárias principais e acessórias".

## 5 Informações Complementares

Não existem informações complementares a acrescentar.

## 6 Referências

- [Lei 6094/1974](#)
- [Lei 13103/2015](#)
- [IN 971/09](#)
- [Lei 11442/2007](#)

## 7 Histórico de alterações

ID	Data	Versão	Descrição	Chamado/Ticket
LFA	29/07/2020	1.00	Contribuição Previdenciária - Transportador Autônomo de Cargas	9385568